GT – 14: Mobilidade, migração e espaço urbano

MOBILIDADE WARAO EM DOIS TEMPOS

Como mudanças nas migrações revelam a dinâmica temporal da urbanização

Ana Carolina Gonçalves Leite:
Professora Doutora na Universidade Federal de Pernambuco:
carolina.gleite@ufpe.br:

Raíra Pereira Tavares:
Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia/UFPE:
raira.tavares@ufpe.br:

RESUMO: O trabalho trata das diferenças entre dois momentos significativos de jornada migratória dos indígenas Warao, cujas terras tradicionais situam-se no território atualmente compreendido pela Venezuela, no delta do Rio Orinoco. Em seu processo de mobilização, desdobrado da colonização e modernização venezuelana, o primeiro momento de intensificação das migrações teve início em 1960 e foi marcado por intervenções no delta que romperam drasticamente antigas condições de reprodução social daqueles indígenas, que passaram a migrar para espaços urbanos na Venezuela; o segundo, respondeu à crise da Venezuela, agravada em 2014, e produziu migrações para espaços urbanos de diversos países sul-americanos, inclusive Brasil. Pretende-se refletir sobre a dinâmica temporal da urbanização a partir das mudanças observáveis entre esses dois momentos de jornada migratória.

Palavras-chave: Migrações Warao; Mobilidade e Modernização; Dinâmica Temporal da Urbanização.

1. INTRODUÇÃO

Com esse trabalho, buscaremos discutir as diferenças entre dois momentos significativos da jornada migratória dos indígenas da etnia Warao, cujas terras tradicionais

situam-se hoje no território que foi compreendido pela formação do Estado nacional venezuelano, no nordeste do país, estado de Delta Amacuro, no delta do Rio Orinoco, área úmida conformada por mais de 40 rios e 60 *caños*, afluentes do Orinoco e um mosaico de pântanos, florestas tropicais, savanas inundadas, ilhas fluviais, cerrado e manguezais (ROOSEVELT, 2022). Os Warao são o segundo povo originário mais populoso do país, agrupando aproximadamente 49 mil indígenas, que falam um idioma homônimo, além do espanhol, em níveis diferentes de fluência.

O processo de mobilização dos indígenas Warao – embora se possa mencionar, da perspectiva antropológica, uma mobilidade tradicional Warao, que permitia o manejo de características ecológicas diversas de seu vastíssimo território (ROOSEVELT, 2022) – historicamente vem sendo mediado e desdobrado da colonização dos trópicos, Caribe e América do Sul, parte do sistema colonial que garantiu a Estados europeus realizar sua acumulação primitiva, e da subsequente modernização nacional venezuelana (WILBERT, 1972, 1980; HEINEN, 1988; WHITEHEAD, 1997). Na história do contato entre indígenas Warao e sociedade envolvente a maior parte dos capítulos envolveu intervenções e transformações ecológicas que modificaram as condições de reprodução social, do âmbito alimentar ao cosmológico. E não foi diferente a partir de 1960, a não ser pela amplitude gigantesca dos seus impactos, quando grandes obras infraestruturais e projetos de desenvolvimento patrocinados pelo governo venezuelano têm início, com o objetivo de transformar o delta do Orinoco em um importante produtor de alimentos para a região de Ciudad Guayana e facilitar o trânsito de grandes navios pelo rio em direção ao Oceano Atlântico, reduzindo os custos da exportação de ferro, por meio do represamento do Rio Manamo, da construção de diques e drenagem de terras que sofriam alagamento sazonal, processo que dentre outras tantas consequências desencadeou a salinização das terras inundáveis dos *caños* em que viviam os Warao (HEINEN et al., 1999; MUÑUZ, 2020; K'OKAL, 2020; ROSA, 2020).

Chamado por K'Okal (2020), de ecocídio e etnocídio, por ter causado a morte de aproximadamente 3 mil indígenas em 10 anos, aquele processo ensejou ainda a ampla apropriação de terras por não indígenas e empresas, além de pressões diversas para um ajustamento cultural dos Warao ao modelo desenvolvimentista. Inicia-se assim o primeiro momento em que as migrações dos indígenas para espaços urbanos se intensificam

verdadeiramente, amplificando-se, todavia, mais na década de 1980 e 1990, quando os empreendimentos implantados no delta do Orinoco vão à bancarrota desempregando um conjunto de Warao que havia permanecido, apesar da ruptura profunda nas condições de reprodução social ao ponto de os mobilizar como trabalhadores assalariados.

Esse momento compõe-se de migrações para cidades como Tucupita, Valência, Barrancas, San Félix, Maturin, etc., marcadas pela sazonalidade e organizadas em torno da prática de pedir dinheiro nas ruas, a *recoleta*, principal sinal diacrítico da cultura Warao no espaço urbano, segundo Rosa (2020), seguida de retorno para os territórios, com produtos adquiridos com os recursos arrecadados. Como mito fundador da dinâmica menciona-se costumeiramente um episódio em meio à epidemia de cólera que acometeu cerca de 500 indígenas quando um grupo se organiza para ir até San Félix para pedir assistência governamental, passam a noite em um espaço religioso de acolhimento e quando vão ao mercado no dia seguinte passam a receber voluntariamente doações de roupas, comida e dinheiro da população não indígena, identificada por *criolla* (ROSA, 2020). Mas há outras explicações, que relacionam o surgimento da recoleta à migração para Tucupita, organizada igualmente em torno da busca de algum tipo de assistência e, nesse caso, viabilizada pela existência da Casa Indígena Yakariyene, abrigo transitório que já tinha como função que indígenas não permanecessem nem se instalassem em áreas públicas da cidade.

Porém a própria Yakariyene se tornou lugar de permanência superior aos limites estabelecidos para o transitório, apesar da superlotação e insalubridade, pois os indígenas recusavam-se a voltar para suas comunidades por considerem piores as condições de reprodução lá (ÁVALOS, 2002; AYALA LAFÉE-WILBERT, WILBERT, 2008). E a esses mitos fundadores juntam-se também contextos mais amplos e em alguma medida generalizados, para indígenas de determinadas comunidades, cujas jornadas migratórias em contexto urbano foram mais longevas, incluindo gerações nascidas e criadas em cidades, socializadas, por vezes, na educação *criolla*, apesar da frequente manutenção do idioma Warao, com a presença de experiências diversas e continuas em relações de trabalho assalariado (GARCIA CASTRO, 2006).

O segundo momento que identificamos na intensificação e nesse caso, radical transformação dessas migrações é por sua vez desencadeado com a crise da Venezuela, agravada em 2014. Ele estabelece alguma continuidade com o primeiro, uma vez que a

dinâmica apontada até aqui mantém-se em curso: modernização dos *caños*, relações de expropriação, mudanças nas condições de reprodução social, migrações mais ou menos sazonais para espaços urbanos, surgimento e aprofundamento da mediação do dinheiro na reprodução tanto a partir das cidades como nos próprios *caños*. Sofre agravamentos com incidentes que vão da implantação da exploração petrolífera em Pedernales em 1990 à exploração do Arco Minero do Orinoco, mais recentemente. Contudo, a ruptura que transformou substancialmente o caráter daquelas migrações, sobretudo por dificultar-lhe a sazonalidade, seria a crise da Venezuela.

Num contexto de crise global de 2008, provocada pelo estouro da bolha das commodities em escala mundial, os países cuja reprodução dependia direta ou até exclusivamente dos ingressos provenientes da enorme inflação dos preços daquelas mercadorias seriam profundamente impactados, como foi o Brasil e seria ainda mais a Venezuela. Em 2014, quando o petróleo ocupava aproximadamente 94,1% da pauta exportadora do país, o preço do barril despencou de US$ 114,92, em junho, para US$ 46,59, em janeiro do ano seguinte. Com a significativa diminuição no valor das exportações e, proporcionalmente, uma baixa nas reservas financeiras internacionais, houve uma grande diminuição na capacidade do país em adquirir produtos importados, dos quais ele dependia extraordinariamente justamente pela super especialização da produção, apontada desde Furtado, pelo menos, com a ideia de subdesenvolvimento com abundância de divisas, mas agravado de maneira excepcional no contexto de inflação de preços que ficou conhecido por boom das commodities (LEITE, 2021). Escassez de produtos básicos, racionamento, desemprego alto e em ampliação contínua e inflação de 190% ao ano, a maior do mundo já em 2015, compuseram elementos da crise que mobilizou deslocamentos forçados não só de indígenas Warao, mas de parte importante da população venezuelana.

De acordo com a Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela (R4V), até agosto de 2024, quase de 7,8 milhões de venezuelanos estavam fora de seu país de origem, sendo que quase 6,6 milhões deles migraram para a América Latina ou o Caribe. O Brasil já registrou o ingresso de cerca de 1 milhão de venezuelanos e aproximadamente 500 mil ainda permanecem em território nacional (OIM, 2024). Mais de 7 mil pessoas dessa população migrante são Warao, incluindo as crianças

nascidas no Brasil (ACNUR, 2024) e hoje esses indígenas já alcançaram todos os estados brasileiros, grande parte deles, em capitais e grandes cidades.

Diferente das migrações para as cidades venezuelanas, desencadeadas a partir das transformações vividas nos *caños* do delta do Rio Orinoco a partir de 1960, as jornadas migratórias que foram produzidas pelos indígenas Warao a partir da crise assumiram características distintas, poder-se-ia dizer, em virtude de tornarem-se transnacionais, da sazonalidade ter sido prejudicada (por causa da distância e da falta de recursos, própria das ainda presentes consequências da crise), de encontrarem um enorme mecanismo institucionalizado de acolhimento e ajuda humanitária, devido às suas proporções, etc. Nesse trabalho, desejamos discutir esses e outros elementos a partir da dinâmica temporal da urbanização, olhando para as cidades venezuelanas e brasileiras, para a segunda metade do século XX e para o início do século XXI, a partir dos elementos que as migrações, suas particularidades e transformações podem revelar.

Por fim, esse trabalho consolida uma reflexão advinda de experiências de extensão, pesquisa e assessoria das autoras, que atuaram com a população Warao residente em Pernambuco, entre 2020 e 2023, em projetos contra a violação dos direitos humanos, de consulta prévia, livre e informada, de geração de renda e de proteção contra a violência doméstica e sexual, que combinaram a extensão universitária e a atuação junto ao Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), além da realização de investigação entre 2022 e 2024 na fronteira norte brasileira, em Roraima, sobretudo nos municípios de Pacaraima e Boa Vista sobre a securitização e a militarização do acolhimento de migrantes e das formas de gestão populacional no Brasil. Transversal e conjuntamente a essas ações, uma das autoras realiza ainda mestrado sobre migração Warao, orientado pela outra autora.

2. MODERNIZAÇÃO DOS *CAÑOS*, MOBILIZAÇÃO WARAO E MIGRAÇÕES PARA ESPAÇOS URBANOS DA VENEZUELA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Na história do contato entre os indígenas Warao e a sociedade envolvente, como dissemos, a maior parte dos capítulos envolveu intervenções e transformações ecológicas significativas que modificaram profundamente as condições de reprodução social. Embora

exista relatos de que os Warao tenham sido contatados por europeus desde o início da colonização, sobretudo por grupos que navegavam nas proximidades da Ilha de Trinidad e do delta do Orinoco, inclusive com períodos de turbulência, com grupos indígenas atacando uns aos outros a pedido de nacionalidades europeias que disputavam território (ROOSEVELT, 2022), como não houve interesse imediato em colonizar a área úmida em que viviam, considerada um ambiente inóspito, o delta serviria de refúgio, praticamente até o início do século XVIII, para os Warao e para outros indígenas que foram se mesclando àquele grupo étnico, de natureza progressivamente diversa, embora tenha unidade linguística (ROSA, 2020).

É também até esse momento que a economia extrativa se mantém, com um lugar destacado para o manejo do buriti (*palma de moriche*, em espanhol), árvore da vida para a cultura Warao, que utiliza todas as suas partes, do amido às fibras, para alimentação, construção, cestaria e produção de adornos, no contexto de uma horticultura de florestas tropicais, em que diversas palmeiras têm importância, mas também o milho, a mandioca, pimentas e frutas. A conversão dos Warao à agricultura ocorre só a partir de 1920 com a introdução do cultivo de ocumo chino, planta semelhante ao inhame ou ao cará, por missionários católicos da Guiana (HEINEN et al., 1996; GARCÍA CASTRO, 2009).

Essa intervenção acontece no contexto das missões católicas regulamentadas pelo Estado venezuelano para civilização e evangelização dos indígenas. Com a prática da agricultura e uma sedentarização muito diferente daquela que o manejo de áreas florestais vastíssimas proporcionava, os Warao são rapidamente transformados em trabalhadores assalariados para os produtores de arroz locais que antes tinham que contar com força de trabalho de fora, migrante. Assim, é decisivo notar que o processo de mobilização ou a formação de uma mobilidade moderna dos indígenas Warao é também a formação de uma mobilidade do trabalho, no sentido apontado por Gaudemar (1977). Tanto porque, como já introduzimos no início desse trabalho, o processo de mobilização dos Warao envolveu expropriação das suas terras e rios e *caños*, inclusive apropriados privadamente para o transporte de ferro, para a produção agrícola de grande escala, para a produção petroleira e mineira; como porque, em sentido mais estrito ou direto, os próprios indígenas sofreram pressões de diversas naturezas para tornarem-se trabalhadores. Como também sugere Gaudemar (1977), na formação da mobilidade o processo de produção das forças de trabalho

não se limita à sua extração, mas passa também pela complexa dinâmica que Foucault identificou como docilização dos corpos, que inclui esforços de conversão religiosa, de escolarização, de mudanças no cuidado com a saúde, padrões de alimentação, entre outras formas sociais, de como se casa, se mora, se governa, se morre.

Ainda que seja necessário destacar o sentido daquele processo de maneira a conceitualizar-lhe a negatividade própria da modernização capitalista, isso não significa em nenhuma medida argumentar em direção a qualquer ideia de "aculturação". Os estudos antropológicos, mas sobretudo os próprios povos originários têm mostrado que apesar dos efeitos brutais do contato, não se deixa de ser indígena em decorrência da imposição das mediações do patriarcado racista e capitalista imposto pela colonização, embora tais povos tenham visto suas condições de reprodução social drasticamente transformadas, inclusive aqueles que conseguem demarcar alguma parte dos seus territórios originais. Ao seu modo, pode-se dizer que a formulação de Gaudemar (1977), embora não tenha o olhar voltado às transformações nos grupos populacionais, muito menos nos povos indígenas, e sim às imposições da modernização capitalista, abarca uma consideração como essa que fizemos, posto que o autor desenvolve o conceito de liberdade a partir de um duplo caráter, simultaneamente positiva e negativa, de sujeitos que são livres para ir e vir porque foram liberados de suas condições de reprodução anteriores pela expropriação. Não se trata, por conseguinte, de um pensamento estruturalista.

Houve em todo o processo de mobilização do trabalho dos indígenas Warao uma dialética entre as transformações ecológicas devido à expansão da produção capitalista em serrarias, arrozais, produção de pupunha e outras palmeiras com destinação comercial, aniquilando as condições de reprodução a partir do manejo da floresta, e a criação de necessidades que tinham de ser mediadas pelo dinheiro, porque não se podia sobreviver exclusivamente de *ocumo chino*, e, portanto, empurravam os indígenas para a busca de trabalho como lenhadores, em lavouras e até nas fábricas de palmito (ROSA, 2020). Essa dialética incluía também mudanças nas formas de organização social do grupo, como as famílias que foram abandonando progressivamente seu caráter estendido em que a mulher tinha centralidade, em favor de células mais nucleares em que o homem se destacava por ser responsável por trazer o dinheiro para casa (ROSA, 2020).

E é exatamente nesse processo que os Warao passam a se mudar para as cidades próximas, mas, sem dúvida, a inflexão ocorreria de fato a partir das grandes intervenções estatais para o represamento do Rio Manamo, com o objetivo de refrear os alagamentos sazonais de milhares de quilômetros do Rio Orinoco, que justamente caracterizada ecossistemicamente o delta, seus pântanos, florestas, savanas inundadas, ilhas fluviais, manguezais. Esse processo foi executado pela Corporación Venezolana de Guayana (CVG), criada para esse fim, e liberou aproximadamente 170 mil hectares em Delta Amacuro e na porção sul de Monagas para a produção comercial de milho, arroz, feijão, banana e cacau. Contudo, a alteração na dinâmica hídrica da região induziria o ingresso de água do mar continente adentro, produzindo em pouquíssimo tempo, dois ou três anos, uma progressiva salinização das terras, inclusiva das terras em que os Warao ainda habitavam, pescavam, produziam *ocumo chino*, etc. Como consequências centrais, observamos o agravamento das dinâmica que já se anunciavam, de nucleação das famílias, individualização na produção de roças, busca de trabalho assalariado, mudança para cidades, além de transformações nas próprias comunidades que também se urbanizariam, em algum sentido, sobretudo se considerado aprofundamento da mediação mercantil e a monetarização (K'OKAL, 2020; ROSA, 2020).

Portanto, as migrações desse momento correspondem diretamente ao processo de mobilização do trabalho que estava sendo vivido pela população Warao, com todos os elementos que a caracterizam, inviabilização das condições de reprodução social, expropriações, individualização, nuclearização das famílias, monetarização, mediação da mercadoria em expansão, penetração do trabalho assalariado, etc. E embora a ampliação do arco temporal até as décadas de 1980 e de 1990, como fizemos na introdução, permita reconhecer já a precarização das condições de inserção nas cidades apontando, claro que mediadas pelo racismo estrutural que marca a ressocialização moderna das populações originários, para uma decadência que tem dimensão temporal e pode ser verificada quase simultaneamente em toda a América Latina, com as metrópoles atingindo um limite em seu caráter "inclusivo" que pareciam apresentar inicialmente, em momentos de intensa migração rural-urbano, etc. Ainda assim, nesse intervalo que vai do início das transformações com a entrada no século XX até a intensificação definitiva das mesmas em 1960, a migração dos indígenas Warao para cidades da Venezuela produziu trajetórias de famílias ou até de grupos

de *caños* inteiros no espaço urbano, o que de certa forma exige-nos refletir também sobre a existência de cidades indígenas.

Na migração para o Brasil, convivemos com grupos Warao que haviam e que não haviam vivido uma vida urbana na Venezuela. Eram notáveis a escolarização e a profissionalização, as diferenças no trato com as relações juridificadas e certa disciplina do trabalho assalariado, ainda que nos grupos que migraram diretamente dos *caños* a relação mediada por dinheiro, mercadoria e trabalho fosse bastante conhecida, além do idioma espanhol, sobretudo entre os mais jovens. Da mesma forma que não se pode dizer que a religiosidade própria, a língua Warao, dentre outras dimensões culturais não seguissem presentes. Como vermos, contudo, a experiência urbana na sua migração contemporânea contaria com diferenças importantes.

3. CRISE DA VENEZUELA E MIGRAÇÃO TRANSNACIONAL WARAO PARA ESPAÇOS URBANOS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Como indicado na introdução, o segundo momento em que uma inflexão bastante significativa se impõe na mobilidade dos Warao acontece já no século XXI, decorrente do colapso que passa a se aprofundar na Venezuela, de forma generalizada, a partir de 2014. É claro que o processo de mobilização do trabalho como se gestou desde a primeira metade do século XX, com um marco importante a partir de 1960 para as modificações radicais no território originário do delta do Orinoco, não seguiu homogêneo até esse momento que classificamos aqui, esquematicamente, como o segundo. As condições de reprodução da mobilidade do trabalho compõem um processo, que tem, portanto, uma dinâmica temporal própria de modo que não há a expectativa de um eterno retorno ou de que as coisas sejam sempre as mesmas. Ao contrário, quando se fala da forma de funcionamento da sociedade capitalista e sua reprodução ampliada, nas palavras de Marx (1983), temos que ter em conta uma dialética negativa, própria do seu tipo específico de desenvolvimento crítico.

Por abstrato que possa parecer, essa questão apresenta desdobramentos bastante concretos na forma contra intuitiva como apesar do horizonte de suposta expansão quase infinita e de constante integração, porque submissão, a reprodução capitalista acaba por produzir um desemprego estrutural, frações da população que já não tem expectativa de se reinserir de maneira nenhuma no mercado de trabalho, hoje chamados desalentados, para

mencionar apenas alguns fenômenos. Após um longo processo de desarraigamento, que incluíra, como vimos, expropriação, ruptura em condições pregressas de reprodução social, mobilização do trabalho, monetarização, as populações progressivamente socializadas capitalistamente passam a conviver com um declínio da capacidade dessa forma social de realizar a socialização, mesmo da forma contraditória que lhe é própria.

Isso, como sugerimos, é visível nas mudanças experimentadas pelos Warao nas possibilidades de reprodução nas cidades, já a partir das décadas de 1980 e 1990, quando a crise das dívidas em toda a América Latina e a subsequente ascensão do regime neoliberal prenunciam a emergência de uma crise fundamental na reprodução do capital que tem se aprofundado. A própria crise da Venezuela, como argumentamos noutro trabalho (LEITE; CASTRO, 2021), resulta de um processo de financeirização e de reprodução do capital por bolhas financeiras que responde a essa crise – e que não envolveu apenas a Venezuela, mas, ao contrário, manifesta-se em escala mundial, por exemplo, com a ascensão da extrema direita global e o avanço dos processos de militarização.

Portanto, não é só por ter caráter transnacional, por ter a antiga sazonalidade que constituiu essa mobilidade prejudicada ou por envolver, devido às suas proporções, um mecanismo de ajuda humanitária que as migrações Warao do início do século XXI são diferentes daquelas do processo de mobilização e sua reprodução. São fundamentalmente diferentes por serem decorrentes de uma crise que já leva mais de 10 anos assolando a Venezuela com pouca expectativa de recomposição, onde a volta ao normal não parece ser mais um horizonte e que é conectada com uma crise mais ampla de toda a sociedade capitalista. Assim, é a partir da generalidade dessa circunstância que é possível também investigar as problemáticas do acolhimento securitizado e militarizado dos migrantes no Brasil como momento desse mesmo processo.

O ordenamento da população venezuelana em território brasileiro tem início já na primeira cidade brasileira que faz fronteira com a Venezuela, a cidade de Pacaraima e posteriormente em Boa Vista. Estruturas que asseguram a identificação, fiscalização sanitária, imunização, regularização migratória e triagem recebem os migrantes refugiados diariamente, desde 2018. Essas estruturas chamadas de Posto de Interiorização e Triagem (Ptrig) também ordena as famílias para espaços confinantes, chamados de abrigos humanitários. Todos os abrigos são vigiados pelo Exército brasileiro e por empresas de segurança privada em parceria

com a Polícia Militar e geridos pelo ACNUR, que atualmente terceiriza a gestão a AVSI. Essas estruturas se assemelham aos campos de refugiados concentrados no Oriente Médio e no norte da África, igualmente, os migrantes venezuelanos se dividem em casas de plástico cercadas por muros altos, arames farpados, câmeras de segurança e vigilância armada 24 horas. Em Boa Vista, o Rondon 1 é considerado o maior abrigo da América Latina e segundo a AVSI (2024), tem capacidade para abrigar 2 mil pessoas. Nas cidades de Pacaraima, Boa Vista e Manaus a OIM faz a gestão do Posto de Recepção e Apoio (PRA), abrigos noturnos, ao lado das rodoviárias, destinados a migrantes que esperam vagas nos abrigos do ACNUR. Divididas de acordo com as demandas criadas pelo acolhimento e pelo confinamento de migrantes, as organizações têm funções importantes na dinâmica da migração venezuelana no Brasil. A aproximação entre migração e criminalidade, por um lado, e humanitarismo e securitização, por outro, se tornara constitutiva de um regime global de controle das migrações (LEITE; CASTRO, 2021). Os atendimentos de saúde, educação e documentação são feitos dentro dos espaços da OPA, os migrantes também podem tentar vagas de trabalho em empresas com escritórios dentro do Ptrig por meio do programa de interiorização. Toda essa estrutura tem por objetivo evitar que os venezuelanos circulem por essas cidades e tentem outras alternativas de sobrevivência.

Confinamento e vigilância constante com catracas, leituras biométricas e documentação específica para entrar e sair não evita a sensação de insegurança e de exclusão social dos migrantes. Situações recorrentes de assédio e violência sexual e de gênero, estupros, sequestros de crianças, aliciamento, violência doméstica, faccionalização e assédio moral dos funcionários da OPA que são sobretudos subnotificados, quadros de transtornos mentais, abuso de álcool e outras drogas, escassez de recursos básicos de higiene e saúde, especialmente fraldas infantil, absorventes menstruais e remédios, discriminação contra comunidade LGBTQIAP+, infra-estrutura precária, calor extremo, poucas tomadas, ausência de espaços de lazer, doenças, levaram a grupos de migrantes a tentaram outras alternativas de vida nas cidades. Ka'Ubanoko, a maior ocupação espontânea mista (indígenas e não indígenas) de migrantes venezuelanos na cidade de Boa Vista, foi considerada uma ameaça a OPA pelo Exército brasileiro. Centenas de famílias pensavam e lutavam juntos por alternativas coletivas de sobrevivência no Brasil, quando em 2021, depois de várias investidas do Exército brasileiro e da Polícia Militar, a reintegração de posse acontece e ocupação é

encerrada, para as quase mil pessoas que viviam ali, restou o confinamento nos abrigos e interiorização.

Os diversos caminhos violentos de ‘’integração’’ dos indígenas Warao não se encerram na Operação Acolhida. O modelo de acolhimento na fronteira do Brasil se reproduz em outros estados, assim como em Roraima, as cidades brasileiras se estruturam via município, com apoio de organizações não governamentais para confinar os indígenas em abrigos. Nas cidades e sem acesso as cidades, as famílias Warao sofrem com a tuberculose, diarreia, desnutrição, violência de gênero, racismo, são perseguidos pelos conselhos tutelares e abordados por religiosos que oferecem a ‘’salvação’’ em troca de conversão. Esse quadro demostra que os modos de vida da população venezuelana em território brasileiro, submetem a condições de sobrevida tal qual postulado por Achille Mbembe (2018). As tecnologias necropolíticas, diz o autor, são aquelas técnicas de aplicação da morte, que não apenas disciplinam, mas sujeitam os corpos à destruição física e subjetiva total. Trata-se da capacidade de definir “quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é” (MBEMBE, 2018). O controle sobre a mortalidade e a definição da vida representam as manifestações de poder do soberano.

4. DINÂMICA TEMPORAL DA URBANIZAÇÃO, DA MOBILIDADE DE FORMAÇÃO À MIGRAÇÃO DE CRISE: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa sugestão de que as diferenças entre os dois momentos apontados de jornada migratória Warao revelam uma dinâmica temporal da urbanização relaciona-se, conforme fomos argumentando, com a possibilidade da integração urbana ou não revelar a própria dinâmica temporal do capitalismo, sua negatividade, sua crise (DAMIANI, 2009). Como sugeriu um estudioso da urbanização, a cidade é o lugar do expropriado (GIAVAROTTI, 2012). É para lá que são arremessados aqueles que tiveram suas condições de reprodução social não apenas transformadas, mas rigorosamente subtraídas. Os que não tem mais seus roçados e suas terras e, nesse caso, mais que isso, os que não tem mais, ao menos não como antes, as florestas e as águas que lhes garantiram por largos períodos outras formas de existência. E é na cidade de os diversos grupos sociais e novas condições de vida podem novamente se reunir, mas não sem mediação do dinheiro, sem a monetarização de todas as relações. Paga-se para morar, para alimentar-se, acessar a água e por tudo mais que se possa

imaginar – e de forma crescente. Como sugeriu Debord (1997), é o processo que separa o reunido e o reúne como separado.

No contexto da mobilização dos Warao, era exatamente disso que se tratava, da incorporação de uma população diversa, com formas de vida diversas, que o capitalismo ia tratando de desarraigar, de modo a privatizar suas terras e tentar transformá-los em trabalhadores, numa cidade que se urbanizava e nalguns casos até se metropolizava precisamente pela existência desse processo em curso. Desse ponto de vista, é possível problematizar até mesmo a transformação nos *caños* frequentemente descrita pelos indígenas Warao, sobretudo a partir dos governos de Hugo Chávez, a partir de uma inundação de mercadorias e necessidades (para enfrentar aqueles 50 anos de subtração sistemática de condições de reprodução social) como momento dessa urbanização. Uma menção muito recorrente e importante que os diversos Warao com quem convivemos faziam era ao fato de o povo da canoa, como eles são chamados, terem se tornado tão dependentes de barco à combustíveis petrolíferos, que escassearam com a crise provocando grandes prejuízos à locomoção, mesmo de pessoa doentes, etc.

Essa dimensão, cheia de perdas, dolorosa e violenta, sem dúvida violenta para os indígenas que penetraram, de alguma das formas, na vida urbana, por fatores que vão da expropriação ao racismo, sofre, contudo, ela própria uma degradação importante, como observamos nos processos contemporâneos de acolhimento e (não) integração local e, mais que isso, social.

Essa dinâmica expressa a própria crise do urbano ou, de outra maneira, a urbanização crítica como impossibilidade do urbano para todos. Isso porque o urbano metropolizado foi resultado da intensificação da forma capitalista de socialização, ou seja, mediada pelo trabalho, dinheiro e mercadorias e marcada pela desigualdade fundamental imposta pela propriedade privada. Este processo de constituição do urbano, portanto de sua produção e reprodução ampliada (LEFEBVRE, 2006), esteve articulado à modernização e generalização das forças produtivas da industrialização, produzindo a emergência da metrópole como padrão de territorialização do capital e condição da sua reprodução ampliada, o que inclui a reprodução do espaço urbano enquanto mercadoria (CARLOS, 2007).

Ao final do século XX, contudo, uma transformação importante ocorre com relação ao desenvolvimento das forças produtivas e que se desdobra, por sua vez, na vida metropolitana

contemporânea. Até então, o capitalismo industrial operava em um par dialético de inclusão/exclusão, ou seja, de inclusão massiva pelo mundo do trabalho assalariado e de exclusão das formas pretéritas de acesso à reprodução da vida, que se deu tanto pela generalização da propriedade privada que impede o acesso direto à terra, como pela intensificação da mediação da mercadoria em todos os aspectos da reprodução social. O desenvolvimento das forças produtivas que se convencionou entender por terceira revolução industrial – das telecomunicações, informática e robotização, produziu uma virada naquele elemento de inclusão pelo trabalho, passando a preterir parcelas cada vez mais amplas da população para o processo produtivo. População está, como dito, igualmente impossibilitada de acessar diretamente as formas anteriores de reprodução social relacionadas ao acesso à terra. Assim, o momento da urbanização crítica demarca os limites daquele processo de inclusão produtiva massiva ocorrida durante a urbanização-industrialização intensiva que constituiu as metrópoles, sendo um nexo importante para compreender as mudanças nas migrações.

5. REFERÊNCIAS

ALVALOS, Júlio. Derechos y Cultura Indígena: Guayana Siglo XXI. Centro de Investigações Jurídicas , Estado Bolivar, ano 1, v. 1, n. 1, p. 1-91, 4 ago. 2024. Disponível em: http://biblioteca2.ucab.edu.ve/anexos/biblioteca/marc/texto/AAP8170.pdf. Acesso em: 4 ago. 2024.

AYALA LAFÉE-WILBERT, Cecilia; WILBERT, Werner. La mujer Warao: de recoletora deltana a recoletora urbana. Fundación La Salle de Ciencias Naturales, Instituto Caribe de Antropología y Sociología. Caracas, 2008.

CARLOS, A. F. A**. O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

DAMIANI, Amélia L. Urbanização crítica e produção do espaço. **Cidades**, Presidente Prudente, V 6 Nº 10, p. 307-339, 2009.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237p.

GAUDEMAR, J.-P. de. Mobilité du travail et accumulation du capital. Paris: Librairie Françóis Maspero. 1976. _____. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Estampa, 1977.

GIAVAROTTI, Daniel Manzione. **O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho.** 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.8.2013.tde-26032013-112730. Acesso em: 2024-08-04.

HEINEN, Dieter; HENLEY, Paul. History, Kinship and the Ideology of Hierarchy Among the Warao of the Central Orinoco Delta. Caracas: Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas, 1999.

K'OKAL, Josiah. ¿Por qué hemos llegado aquí? Una mirada histórica del desplazamiento warao desde Brasil. In: LIMA, Carmen; CIRINO, Carlos; MUÑOZ, Jenny (Org.). Yakera, Ka Ubanoko: o dinamismo da etnicidade Warao: Editora UFPE, 2020.

LEITE, Ana; CASTRO, Mariana. Migrações venezuelanas, crise da reprodução social capitalista e necropolíticas de fronteira. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** – RBHCS. Rio de Janeiro. v. 13, n. 26, jan/jun. 2021

MARX, K. O capital. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MUÑOZ, Jeny. El camino es árduo y está sembrado de peligros: los warao del Delta del Orinoco. In: CIRINO, Carlos: Lima, Carmen: MUÑOZ, Jeny (Org.). Os Warao:indígenas, migrantes e refugiados: **Revista EntreRios,** Teresina, v. 3, n. 2, p. 11-23, 2020. DOI:https://doi.org/10.26694/rer.v3i02. Disponível em: https://revistas.ufpi.br/index.php/entrerios/issue/view/567/showToc. Acesso em: 4 ago. 2024

ROSA, Marlise. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito**: Reflexões a partir das experiências de Manaus-AM e de Belém-PA. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho. 2020. 322 p. Tese (Doutorado) - Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/72/teses/905159.pdf. Acesso em: 4 ago. 2024.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Os Warao do Delto do Orinoco: Uma cultura de palafiteiros.**Tessituras**: Revista de Antropologia e Arqueologia, Pelotas, v. 10, ed. 1, p. 455-498, 2022. DOI https://doi.org/10.15210/TES.V10I1.21818. Disponível em: https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/2899. Acesso em: 4 ago. 2024

R4V- Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes. (2024, Maio). *Personas refugiadas y migrantes venezolanas.* Recuperado de https://www.r4v.info/es/refugiadosymigrantes.